

Zimbra

cleide.souza@codevasf.gov.br

---

**Esclarecimentos quanto ao apontamento de impedimento indireto - Diligência  
Pregão 17/2020 - UASG 195006**

---

**De :** DEPTo LICITAÇÕES E CONTRATOS GENNESIS  
ENGENHARIA <licitacao.gennesis@gmail.com>

qui, 03 de set de 2020 08:43

 2 anexos

**Assunto :** Esclarecimentos quanto ao apontamento de  
impedimento indireto - Diligência Pregão 17/2020 -  
UASG 195006

**Para :** licitacao@codevasf.gov.br

**Cc :** Marcus Vinícius Farias de Castro  
<MARCUSVINICIUSFCASTRO@gmail.com>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

---

**ESTIMADO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA COMPANHIA DE  
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA –  
CODEVASF**

Referência: Edital de Pregão Eletrônico de nº 17/2020 (PROCESSO N.º  
59500.00296/2020-22)

Assunto: Esclarecimentos quanto ao apontamento de impedimento indireto.

**A empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.851.596/0001-36, com sede na SHN Quadra 01, Conjunto "A", Bloco "A", SALA 906, Brasília/DF, por seu representante legal Sr. Marcus Vinicius Farias De Castro, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em atenção a diligência deflagrada com objetivo de aclarar o apontamento de impedimento indireto estampado no SICAF desta empresa, e o faz pelo quanto contido nas linhas subsecutivas:

**– I –**

Trata-se de diligência com objetivo de esclarecer o indevido apontamento de ocorrência impeditiva indireta, consignado no SICAF da Peticionante, inerente a empresa Santos Engenharia e Serviços EIRELI, CNPJ nº 11.064.583/0001-30.

**– II –**

Em primeiro lugar, é certo dizer que o dirigente da empresa reputada impedida de licitar (Santos Engenharia e Serviços Eirelli, CNPJ 11.064.583/0001-30) não faz parte do quadro societário da Peticionante desde ao menos 19/11/2019, conforme se comprova por meio da alteração e consolidação contratual de nº 9<sup>[1]</sup>.

Trata-se, pois, de ex-sócio que rompeu as relações comerciais e jurídicas com a Peticionante há 08 (meses) meses.

Dito de outro modo, o responsável legal pela empresa Santos Engenharia e Serviços Eirelli<sup>[2]</sup> não pertence ao quadro societário da Peticionante desde ao menos 19/11/2019, logo, inexiste qualquer relação comercial e jurídica travada entre as partes. Cuida-se de tão só, empresas distintas cujos responsáveis legais não guardam mais qualquer relação comercial/jurídica há bastante tempo.

### – III –

E mesmo se assim não fosse, o que se admite em homenagem ao princípio da eventualidade, não há falar em impedimento indireto.

É que em consulta aos bancos de dados públicos<sup>[3]</sup> (de acordo com os itens 2.4 e 2.4.1 do edital) observa-se que a empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORA LTDA não possui restrições inerentes à impedimento de licitar, via consequência lógica, não há falar em impedimento indireto da Peticionante que possa obsta-la a contratar com o CODEVASF.

### – IV –

Ademais, revela-se necessário assentar poucas e breves premissas, acerca do denominado Impedimento Indireto, cuja consequência deságua, sem margens para dúvidas, em que a inabilitação da Peticionante é completamente ilegítima.

E a primeira premissa reside no objetivo da chamada análise de “Ocorrência Impeditiva Indireta”, qual se fundamenta no combate a estratégias – todas elas espúrias – que configuram o chamado abuso de personalidade jurídica.

Os acórdãos de nº's. 928/2.008, 2.218/2.011, 2.593/2.013, 1.831/2.014, do Tribunal de Contas da União sintetizam, perfeitamente, o figurino legal em foco (abuso de personalidade jurídica) como a tentativa ou efetiva prática de fraude ou burla com escopo multifário, dentre os quais a intenção de fugir de sanção – nas suas mais diversas modalidades e consistente na proibição de contratar com o Poder Público – anteriormente aplicada a determinada pessoa jurídica, via constituição de nova sociedade empresária para atuar no mesmo mercado relevante.

Ou seja, o TCU, ao determinar aferição de “Ocorrência Impeditiva Indireta” colima afastar a prática de fraudes, a exemplo de pessoas físicas, sócios de pessoas jurídicas punidas com sanção marcada pela proibição do direito de contratar com o Poder Público, que constituem novas sociedades empresárias objetivando continuar no mesmo mercado relevante do qual, em verdade, há determinação do seu afastamento, em vista da aplicação de punição administrativa ou mesmo judicial.

E os exemplos das hipóteses de fraudes podem variar, como o quanto apurado no acórdão 1.831/2.014, no qual se verificou operação de incorporação de empresa declarada inidônea – com o fito de preservar o seu patrimônio, utilizar acervo técnico e etc. – de modo a burlar sanção, e, no acórdão 2.218/2.011, no qual considerou-se que “presume-se fraude quando a sociedade que procura participar de certame licitatório possui objeto social similar e, cumulativamente, ao menos um sócio-controlador e/ou sócio-gerente em comum com a entidade apenada com as sanções de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade”.

Enfim, exemplos de burla são inúmeros, porém é forçoso concluir que a intenção de fraude – notadamente para fugir de penalidade – via abuso de personalidade jurídica, é o fundamento, em qualquer caso, da

desconsideração de personalidade jurídica em vista de "Ocorrência Impeditiva Indireta".

A premissa, pois, é no sentido de que o afastamento ou desconsideração de personalidade jurídica de uma dada sociedade, partícipe de licitação ou contratada pelo Poder Público, com o fito da sanção aplicada à sociedade anterior também alcança-la, é medida excepcional e que impõe a inconcussa constatação de fraude.

Marçal Justen Filho, em breve e excelente escólio, assim se pronunciou sobre a discussão em tela (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., pág. 799):

"Não se trata de ignorar a distinção ente a pessoa da sociedade e a de seus sócios, que era formalmente consagrada pelo art. 20 do Código Civil/1916. Quando a pessoa jurídica for a via para realização da fraude, admite-se a possibilidade de superar-se sua existência. Essa questão é delicada mas está sendo enfrentada em todos os ramos do Direito. Nada impede sua aplicação no âmbito do Direito Administrativo, desde que adotadas as cautelas cabíveis e adequadas."

E aproveitando-se deste fio de raciocínio e enquanto segunda premissa, averbe-se agora que o já mencionado acórdão de nº. 1.831/2.014 do Tribunal de Contas da União estabeleceu os seguintes critérios objetivos para a aplicação da desconsideração de personalidade jurídica, nos moldes acima expostos:

6. Em meu modo de ver, três características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso:

- a) a completa identidade dos sócios-proprietários;
- b) a atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) a transferência integral do acervo técnico e humano.

Já a terceira premissa consiste-se na máxima da lógica, derivada de tudo o quanto já se expôs aqui, no sentido de que a tentativa ou efetiva prática de fraude pressupõe punição anterior à conduta. Noutros termos, primeiro verifica-se a existência de punição contra uma determinada sociedade para, só após, ter-se a tentativa de burla ou de logro via constituição de nova sociedade ou deflagração de operação de incorporação societária e etc. A punição, pois, precede a operação engendrada para o fim fraudatório.

Por final, por se tratar de questão específica importante para o caso em espécie, anote-se que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao implantar a nova funcionalidade não desenvolveu ferramentas para a atualização de dados nos casos em que os cadastros estejam defasados ou mesmo equivocados.

— V —

Com efeito, passa-se agora a prestar esclarecimentos partindo-se do pressuposto de que abuso de personalidade e ipso facto desconsideração de personalidade jurídica derivada de "Ocorrências Indiretas" pressupõe a prática

ou ao menos a intenção fraudatória, via constituição de nova sociedade empresária após a aplicação de sanção, marcada pela (1) completa identidade dos sócios-proprietários, (2) a atuação no mesmo ramo de atividades e (3) transferência integral do acervo técnico e humano.

Neste toar, registra-se que a Peticionante e a empresa Santos Engenharia e Serviços Eirelli, não possuem o mesmo quadro societário, não possuem a mesma atividade e o acervo técnico e humano da Peticionante é completamente independente.

**Enfim, é logicamente impossível sequer cogitar intenção de fraude no caso em foco e de certo não há falar em sócios comuns, atuação no mesmo ramo de atividade e muito menos em transferência de fundo de comércio, acervo técnico ou humano.**

O caso, pois, apenas denota que o ex-sócio da Peticionante constituiu nova empresa a qual, em tese, sofreu sanção. Nada mais.

**Aliás, extrai-se dos apontamentos consignados no SICAF que a empresa Santos Engenharia foi punida em 02/03/2020, ao certo que o ex-sócio da Manifestante e hoje sócio da empresa punida (Santos Engenharia) não compõe o quadro societário da Genesis desde ao menos 19/11/2019.**

Dito de outro modo, o ex-sócio rompeu o vínculo com a Peticionante e após isso sua nova empresa foi punida, isto é, a situação presente caminha em lado oposto dos casos em que há indícios de tentativa de fraude.

Perceba, se a intenção da GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA fosse fraudar eventual sanção, deveria ela ter sido punida e seus sócios constituído outra empresa após a punição para continuar atuando no mercado, e não o contrário, conforme se observa no caso presente.

Enfim, a GENNESIS e a empresa Santos Engenharia e Serviços Eirelli, não possuem o mesmo quadro societário, não possuem a mesma atividade e o acervo técnico e humano da Peticionante é completamente independente, bem como a sanção da empresa Santos engenharia ocorreu em data posterior que o ex-sócio da peticionante se desvinculou dos seus quadros, por óbvio, não há falar em intenção de burla a sanção.

**– V –**

Portanto, com base em todo o esclarecimento precedente, de modo que (i) resta hialinamente comprovado inexistir tentativa de burla a sanção e (ii) que a empresa Santo Engenharia e seus sócios não guardam qualquer correlação com a Peticionante, pugna-se pelo prosseguimento do certame com consequente aceitação da proposta e habilitação da empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, visto que sua proposta e documentação de habilitação atendem integralmente todos as exigências do edital.

Termos em que pede,

Espera deferimento.

Brasília/DF, 03 de agosto de 2020.

**GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

CNPJ nº 17.851.596/0001-36,

[\[1\]](#)

Doc. 01 – Cópia da 9ª alteração contratual.

[\[2\]](#)

Doc. 02 – Cópia do cartão CNPJ da empresa Santos Engenharia e Serviços Eirelli.

[\[3\]](#)

Doc. 03 – Certidões CEIS, TCU e CNCIAI.

**Viviane Souza****61 99905.3600*****Analista de Licitações e Contratos*****GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

SHN QUADRA 1, Conjunto A, Bloco A, Entrada A, Sala 906 – Edifício Le Quartier, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70701-000

Em qua., 2 de set. de 2020 às 17:45, <[licitacao@codevasf.gov.br](mailto:licitacao@codevasf.gov.br)> escreveu:

Sr. licitante, boa tarde.

Em consulta ao SICAF, notamos uma ocorrência de impedimento indireto do fornecedor registrado para o CNPJ 17.851.596/0001-36, com vínculo junto ao fornecedor 11.064.583/0001-30 - SANTOS ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI. O registro acusa vínculo do CPF nº 060.434.974-25. A sanção foi aplicada pela PROCURADORIA DA REPUBLICA - SE, no âmbito da União, com prazo 2/3/20 a 1/3/21.

Solicito que seja esclarecido, comprovado regularidade de sua empresa para participar desta licitação, a fim de afastar quaisquer resquícios de irregularidade do processo licitatório.

Questionamos tal situação com base no subitem 2.1.7, alínea 'b' do Edital.

----

Atenciosamente,

Secretaria de Licitações - PR/SL

Codevasf - Sede

Pregoeiro

SGAN 601, Conj. I Ed. Dep. Manoel Novaes

CEP: 70830019 - Brasília - DF

<https://www.codevasf.gov.br/>

<https://licitacao.codevasf.gov.br/>

Telefone: +55 61 2028-4619

---



**9ºALTERAÇÃO CONTRATUAL.pdf**

3 MB



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA - EMISSÃO 24-08-2020.pdf**

708 KB

---